



As mulheres de 1932: a participação feminina no levante “constitucionalista” em São Paulo em debate

JOÃO PAULO RODRIGUES*

I - Introdução

O levante “constitucionalista” de 1932, que durante quase noventa dias colocou em lados opostos dos campos de batalha as forças militares e civis do estado de São Paulo e os exércitos que se mantiveram leais ao Governo Provisório de Getúlio Vargas, caracterizou-se também por uma intensa guerra de palavras, imagens e versões, disputada nos bastidores.

Os que combateram por São Paulo procuravam convencer e manter elevados os ânimos de todos quanto pudessem de que era preciso lutar pela constitucionalização imediata do Brasil, único caminho capaz de livrar o país das arbitrariedades e desmandos cometidos pelo “tenentismo” desde a Revolução de trinta, sob o olhar cúmplice de Getúlio Vargas. Por outro lado, Vargas e seus aliados também não deixaram por menos. Panfletos lançados por aviões sobre as zonas de guerra, informes em rádios e manifestações nos jornais, em diversas regiões do país, davam conta da eclosão de um motim no estado de São Paulo, comandado por políticos saudosistas e interesseiros, cuja finalidade maior era a separação de São Paulo do restante do Brasil.

É neste cenário, em que quase tudo se torna superlativo pela conjuntura de guerra e pela ação da propaganda, em que o boato ganha status de verdade absoluta, e fatos são distorcidos ao sabor das circunstâncias, que reencontramos as mulheres de 1932. Sem minimizar os seus esforços ou reduzir a importância de sua participação na revolta, pode-se dizer que a propaganda paulista conferiu a ela ares de grandeza e tonalidades épicas pouco divulgadas em outros episódios da história republicana brasileira. Afinal, as mulheres envolvidas em 32 são postas em destaque a todo momento, anunciadas com eloquência, comemoradas. Basta revisitar as diversas fontes de época para percebê-lo.

As imagens fotográficas, em particular, capturaram frementes as cenas da ação feminina nas mais variadas situações da campanha autoproclamada “constitucionalista”. As fontes escritas, por sua vez, também trazem fartas referências à participação das mulheres durante a luta.

* Professor doutor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Cabe, então, indagar: quais os possíveis sentidos da presença feminina em 1932, para além da óbvia superexploração pela propaganda “proselitista” em prol da legitimação do levante? Esta comunicação de pesquisa visa, portanto, ir além do que está explícito nas fontes de época e que foi assim destacado, intencionalmente, pelos contemporâneos. Para tanto, tomaremos como ponto de partida a análise e a crítica das investigações já realizadas pela produção historiográfica que versou sobre o assunto, apresentando, em seguida, alguns caminhos e propostas de pesquisa.

II – O estado da questão

A visibilidade atribuída à participação feminina na insurreição de 1932 e sua evidência nas fontes não parecem ter sido suficientes para despertar nos historiadores e historiadoras de ofício o interesse por investigações mais aprofundadas acerca desta participação.

Em outros termos, as reflexões sobre a presença das mulheres no levante paulista não ocuparam livros, artigos ou mesmo capítulos de livros inteiros; elas aparecem apenas de passagem, no interior das abordagens e investigações respeitantes ao próprio levante de 32 como um todo. Conseqüentemente, no entanto, na ausência de pesquisas específicas, são essas reflexões mais gerais que acabaram adquirindo importância e pautando as formas de compreensão da inserção feminina naquele confronto. Por isso, antes de lançar qualquer nova proposição, é necessário examinar mais detidamente as possibilidades e limites dessas abordagens panorâmicas.

Em um primeiro momento, pela posição precursora, em termos de pesquisas construídas sob moldes acadêmicos, e pela relevância que alcançaram na explicação do tema, é necessário voltar as atenções para as interpretações de Maria Helena Capelato e Holien Gonçalves Bezerra, lançadas na década de 1980. Com efeito, a despeito de suas diferenças internas, as abordagens de Capelato e Bezerra adotariam uma mesma orientação teórica e atribuiriam à “mulher paulista” funções semelhantes na revolta.

Influenciados pelas teorias marxistas, os dois autores se propoiam, especificamente, a desvendar os conflitos de classe envolvidos no levante de 32 e que, pelo discurso de poder da classe dominante, teriam sido obscurecidos na memória histórica, que consagrou a “revolução constitucionalista” ora como luta de “São Paulo unido”, ora como luta da “oligarquia paulista”

contra a “ditadura varguista” ou “tenentista”. Tratar-se-ia de trazer à tona, décadas depois, as estratégias ideológicas dessa classe dominante para cooptar a classe média e manter sob controle o operariado e as classes populares; isso tudo durante a tentativa elitista de derrubar o Governo Provisório de Vargas, numa insurreição que era, ao mesmo tempo, por São Paulo (isto é, para reaver a posição política de São Paulo na federação) e pela ordem. A participação das mulheres, nesse sentido, é avaliada a partir desta ótica e apenas dela.

No livro *O movimento de 1932: a causa paulista*, em que dedica 4 páginas, das 89 da obra, para desenvolver a questão, Capelato afirma que a mulher teria sido um alvo privilegiado dos articuladores da revolta, pois ela seria útil na tarefa de contribuir para a mobilização para a guerra (por amor a São Paulo), influenciando os homens a aderirem, e, ao mesmo tempo, para preservar a ordem social, já que, como célula-mater da família, lhe interessava ter os seus entes queridos de volta, sãos, salvos e em paz.

E, segundo a autora, “A ‘mulher paulista’ respondeu aos apelos ideológicos” (CAPELATO, 1982: p.42)

A participação da mulher paulista não foi passiva. Ela foi um elemento ativo, e sua participação como reprodutora da ideologia dominante foi de extrema eficácia, tendo cumprido rigorosamente sua função de mantenedora da ordem. Vale lembrar, aliás, que nos momentos da história do Brasil em que o exercício da dominação vacilou, a mulher foi sempre chamada à participação, no desempenho dessa função. (CAPELATO, 1982: p.43). (grifos nossos)

Capelato, portanto, no brevíssimo olhar que lançou sobre as mulheres de 32, o fez com o intuito de compreender o conflito de classes em curso durante a revolta, abrindo mão de olhar para outras dimensões desta participação feminina, bem como para as mulheres que, eventualmente, não se encaixavam no perfil de “mantenedoras da ideologia dominante”.

Como já dito, é essa mesma perspectiva interpretativa, todavia, que se faria presente em *O jogo do poder: revolução paulista de 32*, de Holien Gonçalves Bezerra, outra importante obra lançada nos anos oitenta. Embora de natureza distinta da pesquisa de Capelato – a começar pelo fato de que o livro de Bezerra é resultado de uma tese de doutorado –, a avaliação geral, a perspectiva teórica e o espaço dedicado à questão por ambos os autores se aproximam bastante.

Baseando sua investigação, sobretudo, em obras de memorialistas, que ajudariam a desvendar o obscuro jogo do poder envolvido em 32, Bezerra atribui à mulher posição ideológica ativa, dentro e fora do espaço do lar: a “mulher paulista chega a exercer verdadeira pressão moral sobre os homens, obrigando-os a se decidirem pelo alistamento, como voluntários, e a partirem para a guerra” (BEZERRA, 1988: p.35-36).

Por onde passava, ela seria firme na manutenção da ordem e na sustentação de ânimos para a persistência na guerra. Nas fontes que Bezerra analisou,

A mulher é descrita como a grande revelação na luta, pois faz de sua fragilidade o “sustentáculo do entusiasmo nas oficinas de costura, nas organizações da retaguarda ou nos postos avançados”. E, principalmente, ovaciona à passagem dos voluntários, proporcionando ares de festa à luta fratricida (BEZERRA, 1988: p.35). (grifo nosso)

O empenho seria tamanho que as próprias diferenças de origem e convívio social ficariam aparentemente superadas, causando estranheza nos que presenciavam o fato:

As mulheres paulistas de elite, esquecendo-se das distinções sociais que as separam das demais, irmanam-se em um mesmo ideal e organizam sua forma de participar [...]. Além do aspecto nítida e claramente ideológico, quase populista, talvez seja o inusitado dos gestos aproximativos o que mais chama a atenção dos contemporâneos. (BEZERRA, 1988: p.36).

As mulheres paulistas de Bezerra, portanto, tal como as de Capelato, são, acima de tudo, reprodutoras da ideologia da classe dominante estadual, agindo sempre no sentido de apoiar e sustentar a causa de São Paulo na guerra e, ao mesmo tempo, impedindo que a luta política se convertesse em “desordem social”. É a mulher célula-mater da família, que do lar impele, pressiona moralmente homens, maridos, filhos, noivos e até mesmo desconhecidos, a partirem para a guerra. Também em espetáculo ideológico, as mulheres ricas se misturam às mais pobres nos trabalhos da retaguarda, impedindo o enfraquecimento dos ideais. As mulheres teriam sido reprodutoras da ideologia dominante, no mais amplo sentido. Obviamente, Capelato e Bezerra admitem que havia vozes dissonantes em relação a este discurso, em especial, as das mulheres

das classes operárias e oprimidas, que, porém, não teriam encontrado espaço para manifestarem suas (o)posições durante o confronto bélico.

Essa linhagem interpretativa tornou-se dominante nas pesquisas acadêmicas sobre o levante de 32, nos anos de 1980 e 1990.² Tal proeminência, para além dos méritos próprios dessas pesquisas – que não devem ser esquecidos –, estaria relacionada ao desenvolvimento do campo historiográfico no Brasil e dos principais referenciais teóricos com os quais os historiadores do país dialogavam no período. No que tange ao olhar vertido à mulher em 32, por sua vez, também não é demais lembrar que as pesquisas sobre a história das mulheres e/ou os estudos de gênero não eram desenvolvidos com a mesma intensidade ou gozavam do reconhecimento acadêmico que hoje.

De qualquer forma, mais de uma década se passaria até que, norteados por outros referenciais teóricos, métodos e fontes de pesquisa, novas abordagens viessem se contrapor à linhagem supracitada. É representativa de outra posição a obra do fotógrafo e historiador Jeziel de Paula, *1932: imagens construindo a história*. Nela, De Paula procura redescobrir o verdadeiro significado histórico da guerra civil paulista, que teria sido obscurecido pelo discurso do vencedor, isto é, pelo Governo Provisório após sua vitória sobre os paulistas, e também pela ação da historiografia acadêmica dos anos de 1980, interessada em mapear apenas os conflitos de classe no levante em questão. No bojo dessa investigação, portanto, o olhar sobre a participação feminina ganha novos contornos.

Em um total de dez páginas, fartamente ilustradas – de um livro que possui aproximadamente trezentas –, o autor destacaria que as mulheres de 1932, de fato, foram à luta. Em suas palavras,

*Muito se tem questionado o envolvimento da mulher paulista no conflito de 1932. Em grande parte, a produção historiográfica predominante o define como uma espécie de “encenação teatral” praticada pelas damas da alta sociedade bandeirante com o fito de propaganda política. Mas nenhuma dessas interpretações explora satisfatoriamente a documentação que demonstra o papel decisivo que teve a grande participação da mulher nos acontecimentos de 1932. (DE PAULA, 1999: p.150).
(grifo nosso)*

² Não está entre os objetivos deste texto esmiuçar as diversas obras lançadas sobre o levante de 1932. Destacamos apenas aquelas que abriram caminhos originais para a compreensão da participação feminina na sublevação. Debate mais detalhado acerca da historiografia sobre o levante pode ser encontrado em RODRIGUES, 2012.

Isso é o que ele se propôs a fazer. De Paula entende que a mobilização e participação das mulheres em 1932, procedentes dos mais variados segmentos sociais, ocorreu em todos os níveis e de forma espontânea. Embora reconheça que existiu uma prática de “patrulhamento ideológico” em todo o estado, com o concurso de mulheres que, inclusive, costuravam e enviavam peças do vestuário feminino aos rapazes que ainda não haviam se alistado, o autor assevera que a participação ficou longe de se restringir a isso. Moças solteiras e viúvas inscreviam-se para cursos rápidos de enfermagem ministrados pela Cruz Vermelha Internacional e, logo em seguida, partiam para hospitais de sangue e postos de emergência nas frentes de batalha. Nos números levantados pelo autor, ao todo 72 mil mulheres teriam trabalhado como voluntárias nas salas de costura que funcionaram na capital paulista (o que representaria 15% da população feminina daquela cidade a época), produzindo em média 5.300 fardamentos completos por dia. Além disso, por todo o estado de São Paulo abriram-se Casas do Soldado, confiadas a grupos femininos locais. Nelas seriam recebidos e tratados todos os soldados em trânsito ou convalescentes. Também teriam sido montadas linhas de produção industrial para confecção de material bélico leve exclusivamente pelas mulheres. Por fim, haveria pelo menos três casos de mulheres que lutaram como soldado.

No afã de trazer à tona toda a extensão e o significado histórico do confronto de 1932, que em sua avaliação teriam sido ofuscados historicamente pelo discurso do vencedor, De Paula interpreta a participação das mulheres como um fato grandioso e de importância decisiva. Em suas palavras, “Não diríamos totalidade porque certamente existiriam [...] algumas mulheres que não se enquadravam naquele universo” (DE PAULA, 1999: p.161), contudo, as imagens que analisa mostrariam a abrangência e evidenciariam o caráter espontâneo dessa participação.

Portanto, em lugar da mulher conservadora da ordem social e reprodutora da ideologia dominante, que é apresentada nas abordagens de Capelato e Bezerra, De Paula introduz a mulher espontânea, voluntária e que atua em todos os aspectos da campanha “constitucionalista”, sendo, conseqüentemente, fundamental para a guerra cívica. Cabe lembrar, por fim, que a pesquisa de De Paula se dá em ambiente historiográfico diferente das abordagens que ele contradita, em que os referenciais marxistas sofriam críticas mais contundentes no Brasil e em que a pesquisa sobre a história das mulheres já se desenvolvera um pouco mais (a despeito de toda a resistência que ainda enfrenta).

III – Uma proposta de investigação

Nesse ponto, chegamos a um impasse historiográfico. Se as interpretações de Capelato e Bezerra conduzem ao entendimento de que a participação feminina representou, acima de tudo, um fator de manutenção da ordem social em 1932 e de reprodução da ideologia dominante, a leitura de Jeziel de Paula remete a uma participação total, arrebatadora e espontânea, sem outros interesses que não o bem de São Paulo e do Brasil.³ A que atribuir, então, a presença tão viva das mulheres nas fontes de 32? Ela se dava como parte da propaganda “constitucionalista” e, também, em função dela ou a explosão espontânea e a participação maciça das mulheres é que levaram a propaganda a dar um destaque incomum à presença feminina em ocasiões como essas? Como conciliar tais abordagens? E mais: tais perspectivas interpretativas respondem suficientemente à questão central proposta de início, acerca dos possíveis sentidos da presença feminina em 32?

Ao que parece, por maiores que sejam seus méritos, essas duas abordagens principais que mencionam a participação das mulheres em 32, limitam as investigações ao problema relativo à extensão e ao caráter espontâneo ou manipulado dessa presença, tendo em vista que lhes interessa, em primeiro lugar, interpretar o levante paulista como um todo. Além disso, elas encerram a questão em polos opostos e irredutíveis, sujeitando a temática a permanecer como aporia. Para responder à questão proposta, por conseguinte, é necessário ir além; pensar essa presença feminina não apenas como um capítulo da guerra em si, mas em termos específicos, em seus possíveis sentidos e significados, evitando, por outro lado, isolar as mulheres dos demais atores da conjuntura.

Um dos caminhos para avançar nesse debate parece ser a senda aberta pelos estudos de gênero, este “entendido como o estudo das relações entre homens e mulheres, e como essas relações são organizadas em diferentes sociedades, épocas e culturas” (SILVA e SILVA, 2015: p.166).

Um primeiro passo seria abandonar a ideia de “mulher paulista” no singular, tal como nos apresentaram os contemporâneos, para legitimar a revolta, e aceitaram os historiadores, preocupados em oferecer uma visão de conjunto do enfrentamento. É preciso perceber que “há

³ Para a compreensão mais profunda sobre esse debate e os autores envolvidos ver RODRIGUES, 2012.

muitos tipos de mulheres diferentes ao longo da história, que possuem condições sociais distintas dependendo de numerosos fatores, como a cor da pele, a etnia, a classe, a idade etc., e elas devem ser estudadas em relação aos homens, e não de forma isolada” (SILVA e SILVA, 2015: p.167).

É indispensável, desta forma, envidar esforços para tentar perceber a multiplicidade de tipos e classes de mulheres que estiveram envolvidas e, na medida do possível, decifrar os significados desse envolvimento, não apenas para o sucesso do levante, mas para elas próprias. Para tanto, não basta ao historiador reproduzir as cenas dessa participação, tal como os contemporâneos a desenharam. É preciso compreender a construção do gênero “mulher paulista” em seu contexto, estudar as diferenças de etnias e de classes, procurar compreender as motivações e significados, as relações de poder travadas na conjuntura.

Bárbara Weinstein, no artigo *Inventando a mulher paulista*, encaminha reflexões nessa direção. Ao questionar o significado estratégico da superexposição da imagem da “mulher paulista”, ela nos apresenta o potencial simbólico dessa generificação das identidades regionais; avaliando os impactos da referida participação para a condição feminina a época, ela demonstra algumas das barreiras que se interpunham no caminho da autonomia das mulheres.

Por outro lado, muito ainda resta por ser feito. É urgente, então, retornar aos arquivos e aos documentos de época em busca dessa multiplicidade obnubilada sob a aura da simplificação.

Referências

- BEZERRA, Holien Gonçalves. **O Jogo do Poder: revolução paulista de 32**. 2ªed. São Paulo: Moderna, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2ªed. Campinas: Unicamp, 1999.
- RODRIGUES, João Paulo. **1932: Pela Força da Tradição**. SP: Annablume, 2012.
- SILVA, Kalina V., SILVA, Maciel H. Gênero. In: _____. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 3ª ed. SP: Contexto, 2015. p.166-169.



9

WEINSTEIN, Bárbara. Inventando a “mulher paulista”: política, rebelião e a generificação das identidades regionais brasileiras. **Niterói**, v.5, n.1, p. 71-95, 2º. sem. 2004.